



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

80
m

233

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0184590-1

APELANTE: HUMBERTO PERSIVO CUNHA CAVALCANTI

APELADO: JUSTIÇA PÚBLICA

RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS

SEXTA CÂMARA CÍVEL

5525

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. ALVARÁ PARA TRANSFERÊNCIA DE VEÍCULO. MORTE DA PROPRIETÁRIA DO VEÍCULO. A AUTORIZAÇÃO PARA TRANSFERÊNCIA DE VEÍCULO DEVE SER PREENCHIDA CORRETAMENTE, ANTES DA MORTE DA PROPRIETÁRIA. NEGADO PROVIMENTO AO APELO. DECISÃO UNÂNIME.

- A autorização para transferência de veículo deve ser preenchida, corretamente, mormente quando a proprietária já faleceu.
- Unanimemente, negou-se provimento ao apelo, nos termos do voto da Turma.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível Nº 0184590-1, em que é apelante HUMBERTO PERSIVO CUNHA CAVALCANTI, e apelado JUSTIÇA PÚBLICA.

Acordam os Desembargadores que compõem a Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade, em negar provimento ao apelo, nos termos do voto da Turma.

Recife, 18 de janeiro de 2010.


DES. FERNANDO MARTINS
RELATOR.

M



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins.

54 juliane

234

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0184590-1

APELANTE: HUMBERTO PERSIVO CUNHA CAVALCANTI

APELADO: JUSTIÇA PÚBLICA

RELATOR: DES FERNANDO MARTINS

Sexta Câmara Cível

RELATÓRIO:

Trata-se de apelação cível em face da sentença que indeferiu a petição inicial com pedido de Alvará para Transferência de Veículo, com fundamento no art. 295, III, do CPC, ante a necessidade de ajuizamento de ação de Inventário dos bens, visando a partilha de todos os bens deixados pelo falecimento de Mara Regina Bonora Cavalcanti. E, conseqüentemente, extinguiu o procedimento com base no art. 267, I, do mesmo *codex*.

O apelante alega que é viúvo da Sra. Mara R. Bonora Cavalcanti, a qual antes de falecer havia ingressado com uma Ação de Busca e Apreensão do Veículo de placa KHZ 6125, ação esta na qual foi deferida liminar para que o referido automóvel fosse entregue a procuradora da autora, Sra. Maria Cristina Bonora, o que foi efetivado.

Afirma, ainda, que, após tal deferimento liminar e o falecimento da Sra. Mara, interpôs agravo de instrumento e obteve liminar do E TJPE determinando a sua reintegração de posse em relação ao citado veículo, tendo em vista que teria comprovado, naquela oportunidade, que vinha pagando as mensalidades do financiamento e do seguro do veículo.

Aduz, ainda, que o documento de transferência/recibo teria sido entregue intacto pelo mesmo, preenchido e assinado, contudo, havendo sido devolvido quando da reintegração de posse, riscado e rasurado. Motivo pelo qual se encontraria impedido de transferir a propriedade do veículo junto ao DETRAN, fato que ensejou o ajuizamento do presente pleito de Alvará de Transferência.

Pugna o apelante pela reforma da sentença com a determinação do processamento do Alvará ou que seja deferido o alvará judicial (art. 515, § 3º do CPC).

É o relatório.

A douta revisão.

Recife, 14 de 01 de 2009.

DES. FERNANDO MARTINS
RELATOR



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

81
m

235

SEXTA CÂMARA CÍVEL 17.11.09
APELAÇÃO CÍVEL Nº 184.590-1
COMARCA : RECIFE
APELANTE : HUMBERTO PERSIVO CUNHA CAVALCANTI
APELADO : JUSTIÇA PÚBLICA
RELATOR : DESEMBARGADOR FERNANDO MARTINS
REVISOR : DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA

RELATÓRIO

(Encontra-se à fl. 54 dos autos).

VOTO DO RELATOR

(Encontra-se à fl. 72 dos autos).

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA (REVISOR)

(O voto do Revisor encontra-se à fl. 73 dos autos).

DESEMBARGADOR HERIBERTO GALVÃO

Acompanho o voto da Turma.

DECISÃO

"À UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO APELO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR".

Man. de

72
/

82
m 236


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins.

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0184590-1

APELANTE: HUMBERTO PERSIVO CUNHA CAVALCANTI

APELADO: JUSTIÇA PÚBLICA

RELATOR: DES FERNANDO MARTINS

Sexta Câmara Cível

VOTO:

Constata-se dos autos que na Ação de busca e apreensão do veículo proposta pela *de cujus*, esta alegou que foi obrigada a assinar o recibo de transferência do veículo objeto da lide.

Verifica-se, ainda, que, naquela oportunidade, o ora apelante foi mantido na posse do automóvel na condição de depositário sem remuneração e com o encargo adicional de pagar o seu financiamento e seguro, até que fosse resolvida a questão sucessória em processo de Inventário, onde será definida a destinação do patrimônio da falecida.

Ressalta-se, ainda, que os demandantes daquela medida cautelar foram casados no regime de separação total de bens, porém já tramitava a Ação de Separação Judicial Litigiosa, quando a demandante, proprietária do veículo em questão, faleceu.

De fato, agora, nos autos da Ação de Alvará, consta a autorização para transferência de veículo assinada pela Sra. Mara Regina Bonora Cavalcanti, todavia, não está preenchida corretamente, sequer encontra-se datada, bem como inexistente o elemento volitivo da proprietária, que já faleceu.

Dessa forma, é imprescindível a abertura do competente procedimento de inventário, que não serve apenas para formalizar a transferência dos bens aos sucessores, mas também para oportunizar a habilitação de quem se entender credor do espólio e para a verificação de eventuais pendências existentes, inclusive fiscais.

Pelas considerações expostas, **nego provimento ao apelo**, mantendo-se o *decisum* vergastado todos os seus termos.

Recife, 17 de 11 de 2009.


DES. FERNANDO MARTINS
RELATOR

APELAÇÃO CÍVEL Nº 184590-1

RELATOR DES. FERNANDO MARTINS

VOTO DE REVISÃO

Ouvi atentamente o voto do Eminente Relator e, no cotejo com a matéria de prova e os argumentos trazidos na Apelação, concordo plenamente com a posição adotada por sua Excelência, votando no mesmo sentido.

É COMO VOTO.

Recife, 17/11/2009.

83

m

239